

Análise do índice da cesta básica para o município de Anápolis - um estudo contínuo

Joana D'arc Bardella Castro

RESUMO: A ideia da cesta básica no Brasil remete à criação da comissão do salário mínimo nacional no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Essa comissão estudou as características de cada região para estipular valores mínimos e estabelecer uma lista de alimentos e suas específicas quantidades e especificidades por região. Este estudo objetiva mostrar a evolução mensal do custo da Cesta Básica estabelecida para a cidade de Anápolis, no período de fevereiro a dezembro de 2015, com base no cálculo do Índice de Laspeyres, tendo como referência o preço médio e a respectiva quantidade de cada produto. A coleta de dados foi realizada nos seis maiores e mais frequentados supermercados do município. Pôde-se notar que, a partir de julho, a inflação para a Cesta Básica de Anápolis passou a ser muito maior que o IPCA nacional. Em dezembro de 2015, a inflação da cesta básica foi 4,71%, apresentando um aumento 375,76% em relação a fevereiro do mesmo ano.

Palavras-chave: Cesta básica. Índice. Anápolis.

ABSTRACT: The idea of the food stamps basket in Brazil refers to the creation of the national minimum wage commission in the Getúlio Vargas government in the 1930s. This committee studied the characteristics of each region to stipulate regional minimum. From this, the committee established a list of foods and their specific quantities and specificities for the region. This study aimed to monthly calculate changes in the cost of the food stamps, established for the city of Annapolis in the period from February to December 2015, based on the calculation of the Laspeyres index, based on the average price, and respective, amount of each product. Data collection was performed on the six largest and busiest city supermarkets. It may be noted that from July on, the inflation for the food stamps of Annapolis has become much larger than the IPCA. In December the inflation food stamps was 4.71 showing an increase compared to February of 375.76%.

Keywords: Food stamps. Index. Anápolis.

Recebido em: 15/03/2016

Aprovado em: 24/11/2016

Sistema de avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

Os hábitos e costumes de cada região provocam disparidades nas preferências dos consumidores no que se refere às cestas de bens a serem adquiridas ao longo do tempo. Entendendo isso, o Decreto Lei 399/1938 estabeleceu, após levantamentos regionais, quais seriam as quantidades necessárias de calorias que o trabalhador precisaria para manter-se em condições de trabalho. O salário mínimo passou a ser a quantia necessária ao atendimento de suas necessidades, incluindo o conjunto de alimentos entendido como Cesta Básica.

Ao longo do tempo, os preços foram evoluindo e não apresentaram a mesma trajetória do salário mínimo, o que provocou a redução do poder aquisitivo do trabalhador, ficando comprometida a manutenção dos requisitos mínimos de sobrevivência. Estudos que acompanham essas evoluções, realizados em todo o país nos principais centros de estudos econômicos, permitem que governos e entidades representativas tenham informações para realizar projeções de custos e negociações salariais de modo imparcial, mantendo a capacidade aquisitiva da sociedade local.

Este estudo objetiva calcular a evolução mensal do custo da Cesta Básica estabelecida para a cidade de Anápolis, no período de fevereiro a dezembro de 2015, com base no cálculo do Índice de Laspeyres, tendo como referência o preço médio e a respectiva quantidade de cada produto.

O mesmo está dividido em três partes, além desta introdução e de uma conclusão. A primeira parte explica a composição da cesta básica por região, sua relação com o salário mínimo e as principais fontes da pesquisa. A segunda descreve a metodologia de cálculo da cesta básica e a

terceira parte apresenta os principais cálculos da cesta básica para Anápolis no período de 2015.

2 INDÍCES DE PREÇOS E PODER DE COMPRA

As pesquisas de mercado são reconhecidas pelas comunidades públicas e pela sociedade civil organizada como um dos meios de informações voltadas para demonstrar as preferências dos consumidores, tendências de consumo e preços praticados. Devidamente planejadas, suas funções são coletar, analisar e gerar informações para as tomadas de decisões relativas ao consumo e a aquisição de produtos e serviços utilizando a comparação de preços no mercado.

O termo “Cesta básica” é a designação conferida a um grupo de produtos consumido por uma família composta por quatro pessoas no período de um mês, conforme a definição do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009). A cesta básica é calculada a partir da combinação de 13 alimentos, que compõem 90% dos principais itens e suas respectivas quantidades necessárias em cada região para satisfazer as necessidades de um trabalhador adulto. Não existe uma cesta básica padrão em cada estado; cada organização, oficial ou não, pode criar a sua cesta básica (GANNE; GALEANO; ALMEIDA JUNIOR, 2015).

Os produtos ditos básicos têm um sentido amplo. Ou seja, são aqueles considerados essenciais com base na cultura popular local e que teriam pouco ou nenhum grau de elaboração ou transformação. No caso de Goiás seriam os produtos como: o arroz, o feijão, a carne bovina e a farinha de

mandioca. O DIEESE (2009) mostra no Quadro 1 a composição da cesta básica goiana que compõe a região 1, desde 1993, com a discriminação dos alimentos e quantidades. Observa-se também que as

quantidades dos produtos da Cesta Básica da Região 1 e a Cesta Básica Nacional diferem somente quanto à quantidade de leite e óleo, que são maiores (o dobro) para o cálculo da Cesta Básica Nacional

Quadro 1 – Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei 399/38.

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 L	6,0 L	7,5 L	15,0 L
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 g	750 g	900 g	1,5 g
Manteiga	750 g	750 g	750 g	750 g

Fonte: Dieese (1993).

Porém, como bem assinala Maluf (2000), existe uma necessidade de rever a noção de produtos básicos segundo três dimensões: a) as circunstâncias da vida contemporânea e os impactos dos mecanismos de propaganda têm modificado as formas de aquisição e de consumo dos alimentos e a própria composição da cesta de compras; b) as crescentes preocupações quanto à adequação nutricional do consumo de certos alimentos levam a questionamentos sobre a essencialidade de produtos presentes nos hábitos de consumo dos vários setores sociais; c) a identificação entre produtos básicos e não elaborados aplica-se apenas às estatísticas que visam diferenciar os produtos de origem agropecuária, segundo os diferentes graus de elaboração.

O consumidor procura definir a sua cesta de produtos de modo a maximizar a satisfação sujeita à renda orçamentária. Jehle

e Reny (2011) procuram demonstrar na teoria do comportamento do consumidor que este dispõe de determinado montante (renda mensal) para gastar num determinado período de tempo. Com a existência deste fator limitante, a restrição orçamentária, o consumidor busca efetivar suas compras, em função do preço dos produtos.

A manutenção da satisfação com a aquisição constante da cesta básica de produtos necessários à sobrevivência é uma condição *sinequa non* à família. A renda familiar deve manter-se constante ao longo do tempo, de modo que a restrição orçamentária sofra reposição monetária e compense a evolução dos preços ocorrida em determinado período de tempo, mantendo o mesmo nível de satisfação (ANDRADE; PIRES; FERRAZ, 2011)

Com base na mesma metodologia do DIEESE, a presente pesquisa permite que

seus resultados sejam comparáveis com os custos das principais capitais brasileiras, levando em consideração os hábitos alimentares da comunidade em relação aos produtos ofertados regionalmente, em função de preços e marcas.

Em 2015, o salário mínimo ficou ajustado em R\$ 788,00, um reajuste anual nominal em referência a 2014 de 8,84%. O INPC nesse mesmo período alcançou cerca de 6,23%. Portanto, o reajuste real foi de apenas 2,46%, com o deflacionamento. Em dezembro de 2015, o mínimo necessário para a sobrevivência de uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$3.565,30, o que equivalia a 4,52 vezes o piso vigente (DIEESE, 2016).

O DIEESE (2015) calculou o valor da cesta básica para o período de 2014 e afirmou que houve aumento em 17 capitais das 18 pesquisadas mensalmente no Brasil. A única exceção foi a registrada em Natal (-1,70%). Destaque para Brasília, Aracaju e Florianópolis, sendo as três localidades que apresentaram variação acima de 10%. Em contrapartida, as menores oscilações positivas foram em Salvador, Belo Horizonte e Campo Grande. A cidade de Goiânia e a área metropolitana tiveram uma variação anual de 9,66% no mesmo período. A cesta média atingiu R\$ 301,21, representando em média 45,22% do salário mínimo.

Além do DIEESE (2015), diversas instituições, associações de consumidores e universidades também calculam os índices de preços para prefeituras e outras cidades do Brasil. Alguns exemplos que podem ser citados são:

- Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa, que desde o ano de 1984 calcula e divulga mensalmente o Índice de Preços ao Consumidor e o custo da ração alimentar mínima para a cidade de Viçosa, MG.

- Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas – IPEAD, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que calcula e divulga mensalmente o Índice de Preços ao Consumidor e o custo da ração alimentar mínimo para a cidade de Belo Horizonte.
- Departamento de Economia da Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ, que desde 1991 calcula e divulga mensalmente a ração alimentar mínima para a cidade de São João Del Rei, MG.
- Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras – UFLA, que desde o ano de 1992 calcula e divulga mensalmente o Índice de Preços ao Consumidor e o custo da ração alimentar mínima para a cidade de Lavras, MG.
- O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sócias – IPES calcula desde 2006 o valor da cesta básica da cidade de Caxias do Sul.
- Departamento de Administração da Universidade Federal de Goiás campus Catalão calcula o valor da Cesta Básica para a cidade de Catalão, GO desde abril de 2010. E mais recentemente, 2014, a Universidade de Mato Grosso do Sul passou a calcular a da Cidade de Corumbá.

Legitimando a relevância e a atualidade do tema, pode-se encontrar na literatura diversos autores que analisam o comportamento do valor da cesta básica. Dentre os mais significativos pode-se citar, Sáfadi e Ferraz (2008), Carvalho *et al.*, (2010); Andrade *et al.*, (2011) Silva *et al.* (2013), Caldart e Ness (2015), Ganne;

Galeano e Almeida Junior (2015) e Muenchen (2015).

A Universidade Estadual de Goiás, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas - Campus CSEH – NEPE, de maio de 2008 a fevereiro de 2011, divulgou no seu Informe Econômico o comportamento dos preços dos produtos que compunham a cesta básica para Anápolis e também a evolução desses custos. A publicação foi interrompida em 2011; com isso o município perdeu uma referência econômica muito importante. Essa ruptura impossibilitou acompanhar e comparar a evolução dos preços com outros municípios de mesmo porte ou capitais brasileiras. Também impossibilitou tecer parâmetros com o salário mínimo vigente. Foi imprescindível, portanto, retomar sua publicação para que a população residente em Anápolis tivesse condições de consultar os dados para tomada de decisão quanto ao consumo e para que pesquisadores pertencentes à academia científica tivessem embasamento quantitativo econômico para suas projeções.

Ao atender essas finalidades, a UEG patrocinou o levantamento dos dados por meio do seu Núcleo de Pesquisa em Economia e a divulgação tem ocorrido via imprensa local, mensalmente desde fevereiro de 2015.

3 MÉTODO DA PESQUISA

Para calcular o custo mensal da Cesta Básica, composta pelos treze produtos (carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana) açúcar, óleo, margarina), conforme proposição do DIEESE (2009), proceder-se-á da seguinte forma:

a) Cálculo do preço médio por produto (P), pela média aritmética simples do preço coletado, por tipo de produto, em cada estabelecimento: Ver fórmula 1, segundo Hoffmann (2011).

$$P_p = \sum_{i=1}^n P_i / n$$

(1)

Onde: P_p = preço médio de cada produto que compõem a cesta básica, $i = 1, \dots, 13$; e, $n = 1, \dots, 3$, marcas, para cada estabelecimento. Para cada produto, em cada estabelecimento, serão coletadas as três marcas mais vendidas.

b) Cálculo do preço médio final do produto, para todos os supermercados, através da média aritmética simples, fórmula 2 (HOFFMANN, 2011).

$$P_f = \sum_{i=1}^n P_i / n$$

(2)

Onde: P_f = preço médio de cada produto que compõem a cesta básica, $i = 1, \dots, 13$; e, $n = 1 \dots 6$, estabelecimentos.

O Custo da Cesta Básica (C_{CB}) será calculado conforme a equação 3:

$$C_{cb} = \sum p_{fi} \cdot q_i$$

(3)

Onde:

C_{CB} = custo da cesta básica, definida pelo Decreto 399/38.

Σ = somatório do produto do preço médio por mercadoria e, respectiva, quantidade.

p_{fi} = preço médio no período, por produto, em que $i = 1, \dots, 13$;

q_i = quantidades estabelecidas de acordo com a Região 1, em que $i = 1, \dots, 13$.

3.1 Índice de Custo da Cesta Básica Anapolina (ICCBA) – Índice Laspeyres

O Índice de Custo da Cesta Básica Anapolina (IC_{CBA}) será obtido através aplicação do Índice Laspeyres (HOFFMANN, 2011). A cesta de produtos é a cesta da época base e, portanto, fica fixa enquanto não houver mudança de base. Nota-se também que o fato de os pesos serem fixados na época base não significa que haja um sistema fixo de ponderação, o que só acontece quando os pesos independem da base de comparação. No caso do índice de Laspeyres, os pesos mudam quando se muda a base de comparação, sendo definidos na época base (fórmula 4).

$$L_{t_0.t_1} = \frac{\sum p_{f1.i} \cdot q_{0.i}}{\sum p_{f0.i} \cdot q_{0.i}} \quad (4)$$

Onde:

L = índice de preços no período/mês em análise;

Σ = somatório do produto do preço médio por mercadoria e, respectiva, quantidade.

t_0 = período inicial;

t_1 = período final;

$p_{f1.i}$ = preço médio no período final, por produto;

$p_{f0.i}$ = preço médio no período anterior, por produto;

$q_{0.i}$ = quantidades estabelecidas de acordo com a Região 1.

Para calcular as horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica aplica-se a fórmula 5:

$$Q_H = \frac{C_{cb}}{SM} \cdot 220 \quad (5)$$

Onde:

Q_H = quantidade de horas trabalhadas necessárias para aquisição da Cesta Básica, segundo Decreto 399/38;

C_{CB} = Custo da Cesta Básica, no período;

SM = Salário mínimo vigente à época.

220 = número de horas trabalhadas no mês, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1949).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados que compõem os resultados desta pesquisa foram obtidos mês a mês, durante o ano de 2015, nos seis maiores supermercados de Anápolis e divulgados pelo núcleo de Pesquisa em Economia da Universidade Estadual de Goiás.

De acordo com a Tabela 1, os dados da coleta de preços nos principais supermercados do município de Anápolis apontam que os preços médios dos 13 produtos que compõem a Cesta Básica apresentaram, para o ano de 2015, um aumento no valor de 3,47%, sendo que o menor valor da Cesta básica foi no mês de abril e o maior valor no mês de dezembro. No período de fev/15 a dez/15, o percentual médio do salário utilizado para aquisição dos produtos teve uma retração anual de 5,3%. O mês de menor percentual ocorreu em outubro (31,91%), provocado pelo preço do leite, que no período de chuvas tende à queda pela maior oferta do produto, enquanto o maior percentual incidiu em Maio (35,93%), provocado pelo aumento generalizado de preços impulsionado pelo aumento dos salários.

Observa-se também que a economia anual feita pelos consumidores participantes da pesquisa de preço foi de aproximadamente R\$ 243,27 em média. Entretanto, essa economia pode ter sido maior, caso sejam observadas as promoções realizadas no período pelos comerciantes em todas as semanas nos diversos supermercados.

Para aquisição da Cesta Básica, os trabalhadores gastaram em média o tempo de trabalho que variou 13,69% para o ano de 2015, o mês de menor tempo foi o de fevereiro (77h41m) e o maior o de dezembro (88h01m), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Pesquisa anual da Cesta Básica em Anápolis no período fev/2015 - dez/ 2015.

Meses	Valor da Cesta básica	Percentual do salário mínimo	Economia por mês	Tempo gasto de trabalho para aquisição da cesta básica
Fev	254,46	35,18	17,04	77h41m
Mar	254,61	35,21	10,82	77h45m
Abr	241,28	35,56	20,19	78h24m
Mai	241,88	35,93	22,48	79h04m
Jun	242,12	34,87	29,17	76h71m
Jul	245,5	35,76	27,74	78h67m
Ago	242,58	35,36	10,11	77h79m
Set	245,51	35,20	5,93	77h43m
Out	251,45	31,91	11,53	79h46m
Nov	257,17	32,64	14,28	80h35m
Dez	263,29	33,41	73,98	88h01m
Média	249,08	34,64	22,12	79h14m

Fonte: NEPE – dados do da pesquisa (2016).

A Tabela 2, que expressa um resumo anual da variação média monetária dos produtos, mês a mês, durante o período de onze (11) meses de 2015, foi publicada via Informe Econômico/NEPE na página da UEG Campus Anápolis – Jundiaí. Além do acesso *on-line*, também foi feita a divulgação nos jornais da cidade e na imprensa televisiva (canal 5).

Essa divulgação possibilitou à população maiores informações acerca da evolução dos preços da Cesta Básica em Anápolis, permitindo a melhor decisão antes de iniciar suas compras. Vale lembrar que a pesquisa de preços não conseguiu fazer uma série completa para projeções anuais, já que o mês de janeiro não entrou no período da pesquisa.

Tabela 2 – Variação média monetária dos produtos em Anápolis durante o período de 2015.

Produto	Quantidade	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Produtos industrializados												
Açúcar (Kg)	3	7,31	7,34	7,3	7,31	7,35	7,43	7,46	7,62	9,18	9,53	10,34
Arroz (Kg)	6	12,86	13,25	13,38	13,07	13,35	13,18	12,69	13,48	13	13,53	12,47
Café ((Kg))	0,6	1,75	1,86	1,82	1,78	1,86	1,84	1,96	1,95	1,87	1,84	1,8
Farinha de mandioca (Kg)	1,5	1,8	1,87	1,87	1,87	1,9	1,81	1,89	2,04	1,82	1,59	1,48
Feijão (Kg)	4,5	8,09	7,75	8,08	7,36	7,51	7,05	7,23	7,65	6,63	6,97	7,41
Margarina (g)	0,75	1,33	1,39	1,39	1,41	1,88	1,35	1,25	1,42	1,39	1,28	1,25
Óleo (L)	0,75	0,86	0,86	0,94	0,81	0,8	0,77	0,78	0,74	0,8	0,75	0,75
Pão (Kg)	6	18,54	18,97	17,86	18,34	19,85	19,5	20,43	19,42	18,2	19,44	17,95
Produtos semi-industrializados												
Carne (Kg)	6	28,54	29,13	29,14	29,15	29,08	30,01	29,5	30,51	31,54	30,76	26,3
Leite (L)	7,5 L	6,74	6,61	6,77	6,78	7,25	7,22	7,39	7,41	6,86	6,61	6,63
Produtos in-natura												
Banana (Kg)	11	5,24	5,01	4,68	1,65	2,01	1,63	1,65	1,57	1,57	1,51	1,6
Batata (Kg)	6	5,56	1,22	1,17	1,25	1,12	1,01	0,9	0,82	0,97	0,89	1,18
Tomate (Kg)	9	1,38	1,58	1,48	1,45	1,78	1,49	1,32	1,28	1,38	1,26	1,36

Fonte: dados da pesquisa (2016).

De acordo com as Tabelas 3 e 4, em Anápolis, durante o ano de 2015 ocorreu a redução de preços em quatro itens e aumento em nove itens. Os produtos da Cesta Básica com maior redução de preço foram: o óleo, a

farinha de mandioca, o feijão e a batata. Os produtos de maiores elevações foram: o açúcar, o tomate, o pão e o café. Essa tendência não foi um caso isolado, podendo ser observada em todo Brasil.

Tabela 3 – Produtos da Cesta Básica com maior redução de preços no período - Anápolis – 2015.

Produtos	Variação (%)
Óleo	30,50
Farinha de mandioca	7,00
Feijão	2,60
Batata	2,00

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Tabela 4 – Produtos da Cesta Básica com maior aumento de preços o período - Anápolis – 2015.

Produto	Variação (%)
Açúcar	55,7
Tomate	16
Pão	15
Café	14,6

Fonte: dados da pesquisa (2016).

A Tabela 5 mostra os preços dos produtos *in-natura* sujeitos às sazonalidades e por isso tiveram uma oscilação de preços marcante. A batata, por exemplo, foi o produto com maior variação anual (5,7%). Dos produtos semi-industrializados, a carne foi a referência (16,96%) e, dos

industrializados, o açúcar apresentou a variação de 41,64%. Os meses de fevereiro e setembro foram aqueles em que a alta de preços atingiu o maior número de produtos, enquanto os meses de abril e dezembro apresentaram as maiores quedas de preços.

Tabela 5 – Maior e Menor preço do produto durante o período.

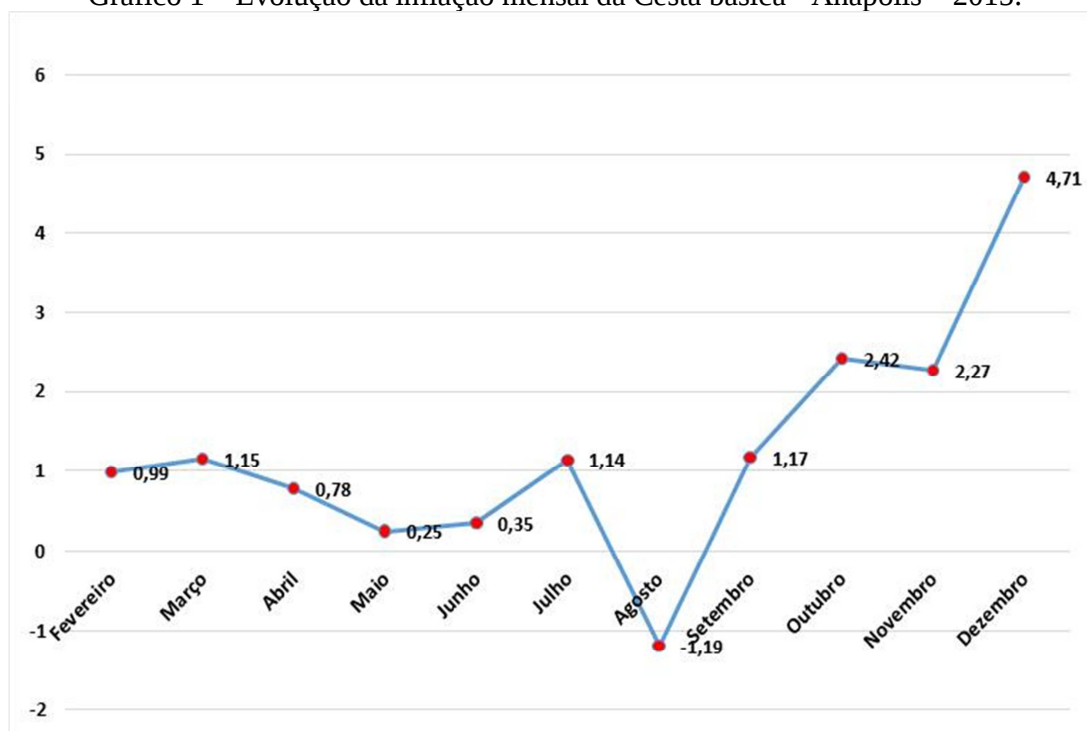
	<u>Maior</u>		<u>Menor</u>		<u>Variação</u>
	Mês	Valor	Mês	Valor	
Produtos Industrializados					
Açúcar	dez	10,34	abr	7,3	0,4164
Arroz	nov	13,53	dez	12,47	0,0850
Café	set	1,95	fev	1,75	0,1143
Farinha de mandioca	set	2,04	dez	1,48	0,3784
Feijão	fev	8,09	out	6,63	0,2202
Margarina	set	1,42	ago	1,25	0,1360
Óleo	abr	0,94	set	0,74	0,2703
Pão	jun	19,85	abr	17,86	<u>0,1114</u>
Produtos semi- industrializados					
Carne	nov	30,76	dez	26,3	0,1696
Leite	set	7,41	mar	6,61	<u>0,1210</u>
Produtos <i>in-natura</i>					
Banana	fev	5,24	nov	1,51	2,4701
Batata	fev	5,56	set	0,82	5,7804
Tomate	jun	1,78	nov	1,26	<u>0,4126</u>

Fonte: dados da pesquisa (2016).

O salário mínimo em 2015 era R\$788,00. Em Anápolis, a inflação anual da cesta básica ficou em torno de 14%. De acordo com o gráfico 1, percebe-se que somente o mês de agosto apresentou variação negativa (-1,19) e o maior valor ficou para dezembro (4,17).

Esses valores podem ser justificados em agosto por ser um período pós férias e os gastos são menores, e em dezembro pelas compras de final de ano.

Gráfico 1 – Evolução da inflação mensal da Cesta básica - Anápolis – 2015.



Fonte: NEPE – dados da pesquisa (2016).

A Tabela 6 mostra o IPCA nacional para o ano de 2015. O Índice de Preço ao Consumidor amplo – IPCA é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte.

A pesquisa é realizada nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, e Porto Alegre, além de Brasília, Goiânia e Campo Grande, (Dados na tabela 6). E a Cesta básica é um dos itens que compõe esse índice.

Tabela 6 – IPCA para o Brasil – 2015.

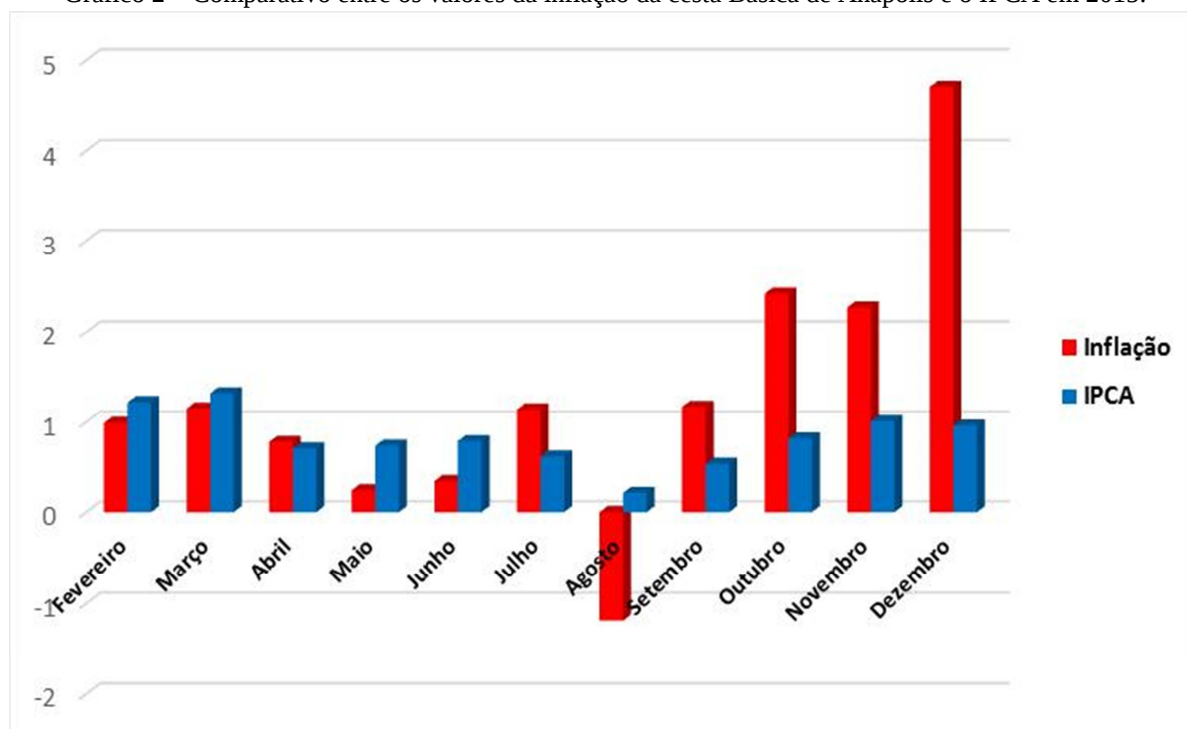
MÊS	VARIAÇÃO MENSAL (%)	VARIAÇÃO NO ANO (%)	VARIAÇÃO ANUAL (%) Acumulada
JAN	1,24	1,24	7,1378
FEV	1,22	2,4751	7,7018
MAR	1,32	3,8278	8,1286
ABR	0,71	4,5650	8,1716
MAI	0,74	5,3388	8,4731
JUN	0,79	6,1709	8,8944
JUL	0,62	6,8292	9,5586
AGO	0,22	7,0642	9,5259
SET	0,54	7,6424	9,4932
OUT	0,82	8,5250	9,9293
NOV	1,01	9,6211	10,4762
DEZ	0,96	10,6735	10,6735

Fonte: IBGE (2016).

O Gráfico 2 apresenta uma comparação entre a inflação da Cesta Básica de Anápolis e a inflação do IPCA brasileiro.

Pode-se observar que, a partir de julho, a inflação da Cesta Básica de Anápolis superou o IPCA.

Gráfico 2 – Comparativo entre os valores da inflação da cesta Básica de Anápolis e o IPCA em 2015.



Fonte: IBGE (2016) e NEPE (2016).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido mensalmente pelo IBGE, foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final.

O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país. Isso implica dizer que a inflação em Anápolis no período de julho a dezembro foi maior que a inflação brasileira.

5 CONCLUSÕES

Vários fatores do cenário econômico do Brasil, entre eles o aumento da inflação, elevação das taxas de desemprego, aumento das tarifas de água e energia elétrica, aumento dos preços dos combustíveis e elevação de preços dos produtos em geral, ocasionaram insegurança ao consumidor. A consequência imediata foi a perda significativa do poder de compra de grande parte da população com base nos cálculos do IPCA e da Cesta Básica.

Informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

– IBGE mostraram que o IPCA para o ano de 2015, acumulado em doze meses, foi de 8,95%. No mesmo período o custo total da cesta básica pesquisada apresentou alta de 14%. Constatou-se, assim, que, mesmo havendo introdução de produtos de diversas marcas e promoções nos mercados na busca de produtos de menor valor, a alta da Cesta Básica em Anápolis foi muito superior à inflação medida pelo IPCA acumulado no segundo semestre de 2015 para o município de Anápolis.

Observou-se que, ultimamente, neste momento de elevação dos preços, as compras realizadas em supermercados vêm ocorrendo de maneira mais racional, mais

cautelosa, o que determina, neste período, mudanças de comportamento nos consumidores. Percebeu-se, portanto, que o consumidor é bastante racional e está sujeito à sua dotação orçamentária, ou seja, à sua renda e não extrapolará o seu *mix* de consumo alimentar. O consumidor fará substituições de produtos ou mesmo adquiri-los em menor quantidades, o que poderá influenciar no seu hábito alimentar.

A partir de janeiro de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção da

mesma família deveria equivaler a R\$ 3.795,24, ou 4,31 vezes mais do que o salário mínimo aprovado de R\$ 880,00. Diante disso, mais uma vez é preciso que se repense não só a composição dos produtos da Cesta Básica do trabalhador de cada região, mas também a garantia de manutenção do valor do salário mínimo que tal trabalhador disponibiliza para sua aquisição da cesta para que não perca o seu poder de compra.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. F.; PIRES, M. de M.; FERRAZ, M. I. F. Segurança alimentar: uma análise do comportamento dos preços dos itens da cesta básica. *Revista Desenharia*, v.8, p.31-58, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei 399/38. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 7 maio 1938.

BRASIL. Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1949.

CALDARTE, W. L.; NESS, M. L. *Cesta básica de Caxias do Sul*. IPES. , Caxias do Sul: Editora da UCS 2015.

CARVALHO, P. L. C.; SÁFADI, T.; FERRAZ, M. I. F. Análise sazonal para a série e os componentes do custo da cesta básica de Lavras. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v.12, p.423-434, 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Nota*

Técnica: Atualização da Metodologia da Cesta Básica Nacional. (2009). Disponível em :<www.dieese.org.br> Acesso em: 08/10/2014.

_____. *Valor da cesta básica aumenta em 17 capitais em 2014*. Nota à imprensa, 09 de jan. de 2015. Disponível em :<www.dieese.org.br> Acesso em: 10/2015.

_____. *Custo da Cesta Básica aumenta em todas as cidades*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 17 de fevereiro, 2016.

GANNE, N.; GALEANO, R. D.; ALMEIDA JUNIOR, R.C.C. *Estudos sobre o comportamento de preços de produtos da cesta básica 2014/2015: supermercados da cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Corumbá: Editora da UFMS, 2015.

HOFFMANN R. *Estatística para Economistas*. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE . *Índice de Preço ao consumidor Amplo – IPCA 2016*. Disponível em: <www.portaldefinancas.com/ipca_ibge.htm> acesso jan de 2016.

JEHLE, G.A.; RENY, P. J. *Advanced Microeconomic theory*. Third Edition. New York: Pearson, 2011.

MALUF, R. S. J. *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*. Instituto Pólis, 2000, nº 06.

MUENCHEN, J. V. *Boletim da cesta básica de Três Passos*. Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul- INIJUÍ. Ano 1 n. 6 jun de 2015.

SILVA, R.C. et al. Cálculo e análise do custo da cesta básica do município de Pires do Rio, GO. *Revista Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, N.14; P.1676 2013.

SÁFADI, T.; FERRAZ, M. I. F. Sazonalidade dos índices de preços setoriais agrícolas do município de Lavras, MG. *Revista Brasileira de Biometria*, v. 26, p.83-101, 2008.

SOBRE A AUTORA

Joana D'arc Bardella Castro

Economista pela UEG, Mestre em Economia pela UCB, Doutora em Economia - UnB. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

End.: Rua B, nº 102 conjunto Eldourado. Anápolis/GO CEP.: 75.115.215
Email: joanabardella@brturbo.com.br